

O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado

The portuguese coast, images and transformations in the contemporary period: from natural space to humanized territory

Joana Gaspar de Freitas *

Faculdade de Letras de Lisboa

RESUMO:

A percepção que temos e a utilidade que damos ao litoral têm mudado ao longo dos tempos. Outrora, a orla costeira, ainda que pontilhada de algumas cidades e vilas, era na sua maior extensão um território vazio, evitado e ignorado, habitado por uma população diminuta de pescadores. Com o aparecimento da moda dos “banhos de mar”, o espaço litorâneo passou a ser local de atracção e divertimento, sendo procurado sazonalmente por grandes massas populacionais. Nos últimos dois séculos, a história do litoral revela-se indissociável da do próprio homem, na medida em que este espaço tem sido pensado e modificado em função do significado e da utilidade que a sociedade lhe atribui. Através da leitura e interpretação de um conjunto de fontes do século XIX e início do século XX – jornais, livros de memórias, textos satíricos, contos populares, guias de turismo e propaganda, obras de carácter etnográfico, médico e científico-natural –, bem como de alguns trabalhos recentes sobre o desenvolvimento do fenómeno social da “praia”, procurámos definir e caracterizar o percurso diacrónico da interacção entre o homem e o litoral, tendo em conta a forma como o ser humano pensa o espaço envolvente, define estratégias e implementa práticas para o adaptar às suas necessidades. Este estudo, que parte da análise de fontes documentais pouco divulgadas e que procura oferecer uma perspectiva histórica sobre os fenómenos ocorridos na orla litoral na época contemporânea, pode trazer novos contributos para um mais profundo entendimento da problemática em torno da gestão costeira, pois para se gerir convenientemente este território é preciso conhecer não só as suas especificidades próprias e compreender a sua evolução natural, mas também ter em conta as transformações físicas a que esteve e está sujeito pela acção do Homem.

ABSTRACT:

The perception we have and the utility we give to the seacoast have changed throughout time. Long ago, the coastal area, despite having cities and villages, was almost all an empty territory, avoided and ignored, inhabited by a small population of fishermen. With the appearance of the “sea baths” fashion, the seashore became a place of great attraction and leisure, being sought by great masses of population. For the past two centuries, the history of the coastal area has been strictly linked to the history of men. This space has been thought and modified towards the

meaning and the utility that society gave to it. Through readings and interpretation of a set of sources from the XIXth century and beginning of XXth century - periodicals, books of memories, satirical texts, popular stories, guides of tourism and propaganda, ethnographic, medical and scientific-natural works -, as well as some recent essays on the development of the social phenomenon called "beach", we aim to define and characterize the diachronical interaction between men and the coastal area. We take into account the way the human-being thinks about the involving space, the way he defines strategies and implements practices to adapt to his needs. This study that is based on the analysis of documentary sources almost unknown, offers a historical perspective on the changes occurred to the seashore in contemporary times, and it can also bring enlightenment for a deeper knowledge on the problematic surrounding coastal management. In order to manage this territory conveniently it's necessary to know its particularities and to understand its natural evolution, but also to take in account the physical transformations that have occurred by Men's actions.

1. Introdução

Segundo André Lespagnol (1998, 11), a percepção que temos do "litoral" não é natural, imanente ou intemporal. É uma construção social que se inscreve num quadro geral de mentalidades e que se modifica com a passagem do tempo, em função da complexidade de relações que se estabelece entre aquele espaço e os actores sociais. Com efeito, o olhar de um indivíduo ou de uma sociedade sobre a "paisagem litoral" é sempre uma apropriação subjectiva do meio físico subjacente, conferindo-lhe um significado simbólico que traduz uma perspectiva crítica sobre o mundo envolvente.

Ao longo dos tempos, o modo de pensar o litoral sofreu profundas alterações - território do vazio, último vestígio do dilúvio bíblico, fronteira entre o caos e a ordem, cais de embarque para novos mundos, porto de chegada de riquezas e produtos maravilhosos, ermo povoado de dunas áridas, área para estender redes e atracar os barcos vindos da pesca, local de busca do "eu" para os espíritos românticos, paisagem de pura contemplação estética, estação balnear com fins terapêuticos, lugar de fruição lúdica e veraneio -, que reflectem a variabilidade de práticas, comportamentos, sensibilidades, formas de sociabilidade, que se desenvolveram em torno deste espaço, constituindo um verdadeiro código de leitura e interpretação da apreciação e utilização, económica, política, científica, estética, terapêutica e/ou lúdica, que cada grupo humano faz dele.

Território ignorado e evitado, durante muitos séculos, o litoral permaneceu entregue aqueles que se dedicavam à pesca, à navegação de cabotagem ou à defesa da fronteira marítima, até ao despertar do desejo colectivo da praia, fenómeno que se iniciou em Inglaterra e França a partir meados do século XVIII e um pouco mais tarde em Portugal (segunda metade do século XIX). Valorizado e procurado pelo

homem moderno, na era pós-industrialização, enquanto "espaço natural", o litoral foi sendo paradoxalmente "domesticado e civilizado", de forma a garantir as necessidades de culturalização daqueles que ali se instalavam (Machado, 1996, p. 16). Aos poucos, as marcas da intervenção humana foram alterando a fâcies do meio, implementando uma nova arquitectura da paisagem, com o intuito de organizar os locais de vilegiatura marítima, adaptando-os às suas novas funcionalidades e às exigências de um tipo intensivo de ocupação do território.

Isto significa que não só as representações do litoral se transformaram em função da identidade própria da sociedade que as produziu, mas também a orla costeira foi sendo fisicamente moldada em consonância com as diferentes formas como foi pensada, influenciando depois as ideias e práticas que lhe eram dirigidas. Existe, pois, uma densa rede de relações e dependências entre o homem e o meio, o que confere aos dois um papel activo na concretização de uma história comum, que interessa conhecer.

2. O medo do mar

Durante séculos, o mar parece ter inspirado um verdadeiro temor às populações do ocidente europeu. Para uma civilização essencialmente terrestre, compartimentada em espaços físicos reduzidos, já que as deslocções eram difíceis e morosas, dominada por uma mentalidade em que o sagrado e o profano se entrelaçavam para explicar a realidade envolvente, o oceano surgia como o território do desconhecido, vestígio último do dilúvio bíblico, onde viviam seres fantásticos que escapavam à ordem imposta por Deus. Jean Delumeau (1978, 31 e 36), ao fazer o inventário dos receios que atormentaram as gentes entre os séculos XIV e XVIII, não hesitou em catalogar o mar como um dos mais comuns "topos de medo" do imaginário ocidental. Perante uma tal imensidão o

homem sentia-se frágil e ameaçado, o elemento marítimo encarnava o que havia de mais poderoso e tenebroso, estando rodeado de uma dimensão negativa, que o convertia em lugar de perdição e morte. No caso português, os Descobrimientos contribuíram decisivamente para o fim de efabulações antigas relacionadas com o “Mar Tenebroso” e com as terras que se estendiam para além dele: «não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos areosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde (...). As correntes são tamanhas, que navio que lá passe nunca poderá tornar» (Zurara, c.1464). Velhos mitos foram irradiados e novos conhecimentos se adquiriram à medida que as navegações se foram desenvolvendo. Contudo, o receio infundido pelo oceano não desapareceu por completo do imaginário popular, como atesta, a figura mítica do Adamastor, que nos *Lusiadas* simboliza os desafios enfrentados pelos navegantes, como o temível Cabo das Tormentas e as «perigosas/ Cousas do mar, que os homens não entendem,/ Súbitas trovoadas temerosas/ Relampagos que o ar em fogo acendem,/ Negros chuviros, noites tenebrosas/ Bramidos de trovões, que o mundo fendem» (Camões, 1572). Outro exemplo, do que afirmamos, é o provérbio quinhentista: *Se queres aprender a orar, entra no mar*.

Os perigos que vinham do mar, fossem eles reais ou imaginários – os monstros e seres fantásticos, as tempestades, os piratas, os naufrágios, a Peste Negra -, alimentaram a tradição de repulsa pela beira-mar. Para Alain Courbin (1989, 11) o medo e a aversão por aquela infundável massa líquida explicam o sentimento de repugnância que promoveu o afastamento dos espaços litorâneos e a incapacidade global de apreciação daquela paisagem antes da emergência do desejo da praia, em finais do século XVIII.

No início de Oitocentos, os litorais oceânicos que predominavam na costa ocidental portuguesa eram ainda territórios pouco apetecíveis, sendo vistos como locais desolados, dominados pelas areias, sujeitos a ventos fortes carregados de salsugem e às invasões do mar, oferecendo reduzido sustento às populações, já que a actividade da pesca era prejudicada pelas difíceis condições de passagens dos barcos na zona de rebentação das ondas e a agricultura praticamente impossível pela ausência de solos aráveis. Apenas em alguns pontos da costa, por exemplo nos estuários e fozes dos rios, se encontravam áreas abrigadas

propícias à fixação de gente. Embora tenham existido desde muito cedo cidades e vilas de importante tradição marítima, acreditamos que uma grande extensão do litoral se encontrava praticamente deserta ou era habitada apenas por pequenas comunidades de pescadores, que viviam em aglomerados de carácter precário, constituídos por palheiros ou cabanas (Dias, 2005, 9). Era o caso da Póvoa do Varzim, Espinho, S. Jacinto, Torreira, Buarcos, Caparica, Armação de Pêra, Quarteira, Olhão, Fuzeta, Cabanas de Conceição e Monte Gordo. A dificuldade em povoar certos trechos da orla litoral levou alguns monarcas portugueses a conceder privilégios àqueles que se quisessem fixar em locais estratégicos do ponto de vista da defesa nacional, do comércio ou da pesca (por exemplo, em Paredes, V.N. de Milfontes, Alvor, Mexilhoeira da Carregação, Tavira e Castro Marim). Com o mesmo intuito, os habitantes de algumas povoações marítimas estavam isentos dos deveres militares, mas tinham a obrigação de defender as praias dos ataques dos piratas, o que acontecia na Apúlia, Afife e Alcabideche (Leal, 1873-1890).



Figura 1. Povoação de pescadores constituída por palheiros, Esmoriz, 1938. Fotografia publicada em www.prof2000.pt

Com efeito, durante muitos séculos, o litoral português foi alvo frequente da acção de piratas e corsários, de diferentes proveniências. Primeiro, ainda nos alvares da nacionalidade, foram os normandos, depois os muçulmanos que ocupavam parte da Península; na época dos Filipes, os ingleses, franceses e holandeses, inimigos da coroa espanhola; em tempos mais recentes, predominavam os marroquinos e argelinos. Estes piratas atacavam não só as naus que vinham da Índia e do Brasil, como também as pequenas embarcações que navegavam ao longo da

costa em actividades de cabotagem ou pesca. Não raras vezes, atreviam-se a desembarcar com o objectivo de pilhar os povoados mais próximos e de raptar homens, mulheres e crianças, que eram levados para o Norte de África, onde eram vendidos como escravos ou ficavam a aguardar o pagamento do resgate. As acções de pirataria tiveram consequências profundas no quotidiano daqueles que viviam junto à costa. O medo de um possível ataque e a angústia gerada pelas notícias, falsas ou verdadeiras, que circulavam entre as populações ajudavam a criar um clima de tensão permanente. Os rebates alarmistas e a necessidade de manter sentinelas em pontos-chave da costa exigiam uma mão-de-obra abundante, que era desviada das tarefas piscatórias e agrícolas, perturbando o dia-a-dia destas comunidades (Silva, 1979, 9-10 e 27). Alguns autores defendem que estas incursões foram responsáveis pelo despovoamento de algumas zonas do litoral, com a fuga dos seus habitantes para regiões do interior (Silva, 1979, 26; Silva, 1985, 329). As marcas do temor inculcado pelos piratas ficaram também assinaladas na literatura popular: nos *Romanceiros* (colectâneas que reúnem as tradições orais portuguesas) encontram-se versos que mostram como estes episódios estavam fortemente enraizados na memória do povo, por exemplo *Moiros partem mar abaixo* (Vasconcelos, 1886), *As duas irmãs e O Cativo* (Braga, 1907, 134 e 147). Os relatos de alguns ataques foram ainda amplamente divulgados através da literatura de cordel, as histórias de pirataria e o drama vivido pelas vítimas povoavam o imaginário popular. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, eram vendidas nas ruas, sob a forma de folhetos, obras como a *Memorável relação da perda da nau Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa e vários sucessos das pessoas que nela cativaram* (Mascarenhas, 1627) e a *Relação do sucesso que teve um corsário de levantados, que havia tempos andava infestando os mares, cativando muitas embarcações* (Feliciano, s.d.).

Os piratas e corsários não eram o único perigo da costa portuguesa. Os naufrágios eram frequentes, especialmente em alguns pontos, onde a navegação era difícil e se tornava ainda mais complicada sempre que havia temporais. Muitos destes incidentes ocorriam perto da praia e eram testemunhados pelas populações marítimas que a eles assistiam sem nada poderem fazer, devido ao estado do mar ou à falta de meios de socorro. Mas as principais vítimas da fúria do mar eram as gentes que tiravam dele o seu sustento: nas costas mais desabrigadas e de rebentação forte,

os pescadores arriscavam a vida em cada saída para a faina. Este tipo de acontecimento dramático emocionava profundamente a opinião pública e os relatos de naufrágios tinham grande procura: a descrição do desastre do vapor *Porto*, ocorrido em Março de 1852, teve três edições nesse mesmo ano. Os jornais da época deram também grande cobertura a este tipo de notícias: a perda de vidas humanas e a dor das famílias, especialmente as daqueles que viviam da pesca, eram largamente exploradas nas primeiras páginas, como por exemplo, em 1892: «Horrorosa desgraça na Póvoa do Varzim», «dezenas de homens são devorados implacavelmente pelas ondas» (*Diário de Notícias*, 29-02 e 01-03 de 1892).



Figura 2. Saída para a pesca, Aveiro. Postal.

Do mar vinham ainda terríveis tempestades que afectavam não só os navegantes, mas igualmente as populações ribeirinhas. Não raras vezes, as ondas invadiam o areal e destruíam as edificações que lhe estavam mais próximas, quer fossem simples cabanas de pescadores, quer povoações de pedra e cal, quer estruturas portuárias. O caso das invasões do mar em Espinho (em finais do século XIX) causou impacto profundo junto da sociedade civil, porque se tratava de uma conhecida e muito frequentada estação balnear e várias das habitações destruídas, para além dos palheiros dos pescadores, pertenciam a gente influente e de recursos.

Piratas, naufrágios, tempestades, galgamentos, maremotos, esterilidade, escassez de recursos, todos estes factores terão ajudado a reforçar a imagem do litoral como espaço de charneira entre dois mundos distintos – a ordem da terra e o caos do mar-oceano –, território de ninguém, universo do maravilhoso, onde o ser humano podia deparar com todo o tipo de perigos, quer provenientes da força indómita da

natureza, quer do encontro com seres estranhos e fabulosos. Com efeito, em finais do século XVIII eram ainda bastante comuns as notícias sobre o aparecimento de monstros, que surgiam junto à costa, como o homem marinho encontrado em Marselha (Anónimo, 1755) ou o peixe monstruoso avistado no Tejo em 1748 (Anónimo, s.d). A literatura tradicional portuguesa também reflecte esta crença de que o mar estava ainda povoado de todo o tipo de animais fantásticos e que estes podiam ser encontrados, com alguma facilidade, por quem percorresse as praias. Na lenda de *A línbagem dos Marinbos*, D. Froião, caçador e monteiro, em suas aventuras «per riba do mar», encontrou uma formosa mulher a quem deu o nome de “Marinha” porque dali tinha saído (Braga, 1907, 72). Nos contos populares, recolhidos por Leite de Vasconcelos, surgem histórias sobre encantos do mar e homens condenados a viver nas suas profundezas, peixes que falavam e concediam grandes riquezas a quem os libertasse, ou ainda sobre ossadas e imagens milagrosas encontradas nos areais de S. Torpes e de Tavira (Vasconcelos, 1886). Estas histórias e lendas, transmitidas oralmente ao longo de gerações, consolidam a ideia de que o mar foi durante muito tempo o espaço privilegiado do desconhecido, envolto numa aura de mistério, que simultaneamente fascinava e atemorizava a população.

3. A descoberta dos “banhos de mar”

Por volta de 1750, despontou em Inglaterra uma nova forma de perceber o litoral, que estava relacionada com os benefícios médico-terapêuticos do banho frio de mar. Nessa época, acreditava-se que os progressos da civilização, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento desmedido das cidades eram em parte responsáveis pela debilitação física dos seres humanos, sobretudo os das classes mais elevadas. Havia então grande preocupação com certas perturbações psíquicas, como a melancolia, a ansiedade, a histeria e a delicadeza excessiva, sobretudo entre as mulheres e as crianças. Para combater estes males, os médicos começaram por recomendar banhos terapêuticos em estâncias termais, favorecendo a emergência dos *spas*. Mais tarde, descobriram as qualidades dos banhos de mar, que ajudavam a curar o doente, restabelecendo o equilíbrio entre o corpo e a alma, pela melhoria do apetite e do sono e pelo afastamento das preocupações diárias. Pensava-se que a natureza selvagem do mar, o ar vigoroso e a vastidão do espaço, eram elementos

essenciais para a recuperação da energia vital, que se havia perdido no ambiente poluído e opressivo das cidades industriais.

Não se sabe exactamente quando terá sido introduzida, em Portugal, a moda dos banhos de mar. Em 1753, o Dr. Jacob de Castro Sarmiento, durante uma estadia em Londres, comunicava ao público português, «o grande benefício, que tem recebido toda esta dilatada Ilha do uso da água do mar, curando felizmente muitos achaques crónicos com ela, em forma de banhos e bebida» (Sarmiento, 1753, 107), passando em seguida a explicar que o novo método de fazer uso desta água se tinha iniciado, há alguns anos, em Inglaterra, através dos trabalhos percursores de Richard Russell (1750). Alguns opúsculos - *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver as coisas como são...*, (Mata, 1786) ou *A barca dos banhos..* (Anónimo, 1811) - mostram que os banhos de mar eram já conhecidos no nosso país em finais do século XVIII, embora a sua prática estivesse ainda pouco difundida e limitada a pequenos sectores da sociedade. Só mais tarde, já na segunda metade de Oitocentos, a frequência das praias e a utilização da água do mar com fins terapêuticos se tornou vulgar entre os grupos sociais mais elevados.



Figura 3. Praia de banhos, Esmoriz, 1907. Fotografia publicada em www.prof2000.pt.

O discurso médico desta época fazia a apologia dos banhos de mar, salientando os seus efeitos benéficos sobre o vigor, a força e a saúde dos pacientes, e recomendando-os no tratamento de vários tipos de doenças, como o linfatisimo, a anemia, a depressão e o raquitismo infantil. Mas, enfatizava também que os banhos tinham de ser receitados com

alguma cautela e deviam ser tomados segundo indicações precisas, pois, como qualquer outra medicação complexa e energética, a sua acção podia tornar-se perigosa quando mal ministrada. Desta forma desenvolveu-se um conjunto de práticas codificadas, que orientavam a utilização terapêutica da praia, criando padrões de conduta que ficaram indelevelmente associados à frequência do domínio marítimo. Partindo de certas teorias sobre a influência da água do mar nas reacções do corpo humano e do seu efeito no tratamento de algumas doenças, foi criado um rigoroso código de conduta a ser seguido por quem procurava nas praias a cura para os seus males. Assim, estipulava-se a época mais indicada para tomar banhos de mar, a duração da estadia, o número, a hora e a duração das imersões, o vestuário utilizado, e o que se devia fazer durante e após os mergulhos. Todos estes factores variavam de acordo com o sexo, a idade, as condições de saúde e a moléstia de que padecia o doente (Claparede, 1874; J.B.S.R., s.d.). A escolha da praia também não era indiferente. O tratamento baseava-se em três elementos principais: a atmosfera marítima, a água do mar e as características climatéricas e topográficas do litoral. Entendia-se que a localização geográfica da praia, a natureza e morfologia do solo, a força e dimensão das ondas, a direcção e constância dos ventos, a temperatura das águas e a proximidade de rios e matas eram variáveis a ter em conta na prescrição da medicação marítima. Desta forma, os vários trechos da costa eram qualificados de acordo com a sua aptidão para tratar esta ou daquela maleita. Por exemplo, no caso da tuberculose pulmonar, as praias mais recomendadas eram as que ficavam entre Buarcos e S. Martinho do Porto, Santa Cruz e o Cabo da Roca, Sines e Albufeira (Eça, 1907).

4. A invenção social da praia

Em finais do século XVIII, em Inglaterra e França, a emergência dos banhos de mar, por indicação médico-terapêutica, fez com que o litoral passasse a ser muito procurado, convertendo-se num local de atracção e divertimento para as classes mais elevadas da sociedade. Este fenómeno significou uma mutação na percepção da orla costeira que, de território abandonado e selvagem, se transformou, pela descoberta de uma nova função a ele associada, num sítio socialmente aprazível e recomendável como espaço de fruição e convívio entre elementos de um mesmo grupo.

Alain Courbin, no seu livro sobre o despertar colectivo do desejo pela beira-mar, explica que a emergência desta nova significação atribuída ao litoral e as modalidades sociais da propagação da vilegiatura marítima estiveram geralmente associadas a um conjunto de práticas iniciadas por um pequeno círculo de elite – a família real ou a aristocracia (Courbin, 1989, 286-287). Estas, constituindo uma referência em termos de comportamento para a restante sociedade, detinham a capacidade de criar e valorizar novos hábitos, isto é, de instituir modas. Por isso, a presença destes elementos em certas localidades, para fruir os banhos de mar, foi fundamental para determinar um novo conjunto de percepções, desejos e emoções direccionados para a natureza marítima (Machado, 1996, 45). A procura do litoral pelas elites pressupôs a conversão deste num local “civilizado”, no sentido da sua frequência se tornar uma “forma de distinção social”, tendo-se criado em seu torno toda uma gama de práticas finamente codificadas. O emprego do tempo, o arranjo do espaço, as distrações, as obrigações e os prazeres criados estavam sujeitos a códigos de conduta pré-estabelecidos e conhecidos apenas por estes grupos restritos, condicionando fortemente as formas de usufruto daquele território.

Com o passar do tempo, a moda da praia foi-se difundido pela população, quer pelo desejo de imitar a aristocracia, quer pelo desenvolvimento dos transportes, a melhoria das condições de vida, a instituição do dia de descanso semanal e das férias pagas. A massificação do uso do litoral não significou, porém, a mistura entre as classes. Pelo contrário, fez despontar novas estratégias de distinção social como, por exemplo, a utilização de diferentes trechos da costa por diferentes grupos, a frequência de uma mesma praia em épocas distintas do ano, ou a existência num mesmo local de zonas separadas para os vários actores sociais (Dias, 2005, 11). A complexidade dos rituais associados à utilização das praias, definidos por aqueles que tinham a capacidade de trazer a civilização ao litoral, destinava-se a legitimar o seu poder social, garantindo que os grupos mais desfavorecidos não seriam confundidos com eles ao utilizar o mesmo espaço, pois que se limitavam a reproduzir de uma forma deturpada comportamentos que não eram os seus. Isto podia ser observado, nos anos 30, na Figueira da Foz: as senhoras tomavam banho ao meio-dia, vestindo *maillots* e utilizando as barracas que alugavam aos banheiros; enquanto as

gentes do povo iam ao mar de manhã cedo, despiam-se junto aos rochedos do forte de S. Catarina e envergavam a roupa de todos os dias. As formas de distinção social entre os utilizadores das praias mantiveram-se ao longo das décadas, tendo-se apenas tornado mais elaboradas e difusas, manifestando-se por exemplo na valorização de determinado tom da pele, no aspecto do corpo e no tipo de vestuário (Machado, 1996, 50 e 55).

O próprio modo de estar na praia e de fruir este espaço mudou significativamente entre os inícios da vilegiatura marítima e os dias de hoje. No princípio, quando a utilização da costa se prendia exclusivamente com os banhos frios de mar, o que levava a sociedade elegante até às praias era uma preocupação de cariz higiénico e sanitário, visando retemperar os corpos dos males da civilização e conferir-lhes energia e vitalidade através do mergulho nas ondas e do choque térmico. O tempo que se passava no areal e junto à água era curto e limitava-se ao momento antes e depois do banho. A apreciação da natureza marítima era então feita à distância, nos passeios públicos, esplanadas e miradouros. Só mais tarde, já em meados do século XX, com a edificação da “praia lúdica” é que «o prazer do ar livre e do contacto com espaços naturais vai ser canalizado para o espaço da praia em si mesmo» (Machado, 1996, 99). Nessa altura, o litoral começou a ser frequentado nas horas mais quentes do dia, aumentou o tempo de permanência junto ao mar e surgiram outro tipo de actividades para além do banho. O contacto físico com a areia, com a água e com o sol, tornou-se fonte de prazer e diversão.

Em Portugal, o aparecimento do fenómeno da praia foi mais tardio do que no resto da Europa (do



Figura 4. Praia de Carcavelos, princípio do século XX. Fotografia publicada pela Junta de Freguesia de Carcavelos.



Figura 5. Praia de Carcavelos, anos 50. Fotografia publicada pela J.F. Carcavelos.

Norte), mas o seu início ficou a dever-se também à iniciativa da família real e da aristocracia que frequentava a corte. Na primeira metade do século XVIII, a *Gazeta de Lisboa* noticiava ocasionalmente que a rainha e suas damas tinham ido passear de barco no Tejo ou que a realeza havia ido, por mar, até Belém, Paço de Arcos, Oeiras ou Carcavelos, para pescar, caçar, visitar amigos ou divertir-se nas quintas que por ali existiam (*Gazeta de Lisboa*, 07-07-1718, 210; *Id.*, 17-08-1719, 264; *Id.*, 09-10-1721, 328; *Id.*, 22-11-1725, 376; *Id.*, 01-05-1727, 144), o que significa que havia já o hábito de frequentar a zona costeira perto de Lisboa e de praticar algumas actividades de carácter náutico. Em 1732, o mesmo periódico lisboeta informava que «o Senhor Infante D. Carlos partiu no mesmo dia para Cascais, a tomar o remédio dos banhos medicinais que há naquela Vila» (*Gazeta de Lisboa*, 04-09-1732, 380). Alguns anos mais tarde, é possível verificar que esta prática se tornara comum entre a família real: «a Senhora D. Maria Francisca Benedicta, Princesa do Brasil, vem há alguns dias de Queluz ao sítio de Caxias tomar aí banhos do mar: o Príncipe seu Augusto Esposo principiou anteontem os mesmos banhos» (*Gazeta de Lisboa*, 18-07-1783). A posterior instalação da corte em Cascais, durante o verão, é aliás um acontecimento bastante conhecido e estudado e pode ser considerado como o movimento precursor da moda do banho em Portugal.

Alguns testemunhos, datados de finais do século XVIII e princípios do seguinte, revelam também a utilização da água do mar com fins terapêuticos, na Junqueira e Santa Apolónia, em 1786; a existência de barcas de banhos, no Tejo, em 1811; e a frequência do sítio da Foz, durante a época estival, por parte da

sociedade elegante do Porto, nos anos de 1824-25 (Mata, 1786; Anónimo, 1811; Anónimo, 1825). Em 1842, um aristocrata estrangeiro, de visita a Portugal, mencionava nas suas memórias que, em S. João da Foz e Matosinhos, existiam numerosas “casas de campo”, para onde os seus proprietários iam a banhos (Lichnowsky, s.d., 175).

A difusão do hábito de “ir para a praia”, inicialmente limitada ao grupo selecto daqueles que tinham posses para o fazer, só teve lugar a partir da segunda metade do século XIX. Cada praia tinha características próprias definidas em função daqueles que ali se instalavam sazonalmente. Umás, eram mais cosmopolitas, largamente abertas a todas as regiões do país e até à vizinha Espanha, sendo frequentadas por aqueles que procuravam o bulício e os divertimentos (por ex. Póvoa do Varzim, Espinho e Figueira da Foz). Outras eram apanágio quase exclusivo de algumas famílias aristocráticas, que as tomavam só para si, como acontecia em Vila do Conde, Granja e Cascais. Outras ainda eram utilizadas essencialmente por gente das regiões e localidades mais próximas, como sucedia nas modestas praias do Furadouro, Vieira, Lagos e Monte Gordo. Por fim, existiam aquelas onde todos os anos se reunia um reduzido número de famílias conhecidas (Apúlia, Costa Nova, S. Jacinto, Torreira, Mira, Pedrogão, Baleal) (*Guia de Portugal*, 1924-27).

As diferentes classes sociais imprimiam ritmos distintos à vida nas praias. Por exemplo, Leça era a praia preferida da colónia inglesa do Porto e toda a sua existência era marcada pelo modo de ser britânico: as senhoras jogavam o arco, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *football*, e os homens saíam para velejar (Sequeira, 1889, 62). Já Pedrouços era o local de banhos favorito da burocracia lisboeta, enchendo-se de chefes de secretaria, oficiais, amanuenses, tabeliães, guarda-livros, caixeiros e escrivães, o que lhe conferia o aspecto de «uma secretaria de Estado ao ar livre». A Póvoa do Varzim era o «caravansará dos habitantes do Minho», ali se podendo encontrar desde o mendigo das feiras ao comendador brasileiro, estando as ruas e as lojas sempre cheias de gente desde manhã cedo até alta noite. Em Cascais reunia-se o fino extracto da gente elegante do país, a presença assídua da família real conferia um toque aristocrata àquela povoação, onde eram habituais as *soirées*, os bailes e os passeios presididos pelo rei, numa reprodução fiel dos hábitos da corte (Ortigão, 1876).

A valorização das praias em função daqueles que as frequentavam e dos divertimentos que se podiam encontrar revelam que, embora se fizesse a apologia

do litoral como forma de escapar ao estilo de vida citadino e de levar uma existência simples e saudável no convívio com os elementos da natureza, aqueles que “iam a banhos” procuravam reproduzir ali as práticas do seu quotidiano, introduzindo nas povoações costeiras um conjunto de estruturas (materiais e mentais) consideradas determinantes para o seu bem-estar.



Figura 6. Praia de Carcavelos – estruturas de apoio aos banhistas, anos 50. Fotografia publicada pela J.F. de Carcavelos.

5. A antropização do espaço litoral

A partir do século XIX, a utilização do território litorâneo com fins terapêuticos e lúdicos teve como consequência a construção de espaços humanizados, a que habitualmente se chama “praia”, onde os aspectos naturais e físicos da paisagem foram moldados para se ajustarem às necessidades do utilizador. Com efeito, os benefícios higiénicos dos banhos de mar conduziram um grande número de indivíduos para o litoral, o que implicou a transformação progressiva daquele espaço para se coadunar com as exigências desta população sazonal. O que se privilegiava na orla costeira, não era a natureza ou a paisagem em si, nem sequer o areal ou a zona de estirâncio, frequentados apenas durante o curto espaço de tempo que durava o banho; mas sim as estruturas sociais adjacentes que foram sendo criadas para dar apoio aos banhistas, isto é, as esplanadas, cafés, clubes, casinos e toda a sorte de zonas de animação e divertimento (Dias, 2005, 10-11). A breve trecho, a ida para a praia transformou-se num fenómeno essencialmente social: o litoral converteu-se num local privilegiado de convívio entre amigos e conhecidos, sob o pretexto de usufruir do ar marítimo e da terapia dos banhos.

O bulício que se vivia nas praias mais frequentadas,

durante a época estival, parece ter sido contagioso e estendeu-se a praticamente toda a costa a norte do Tejo. Nas povoações, que despontaram com o aparecimento do evento balnear, tornou-se premente promover o desenvolvimento e progresso da terra para cativar os veraneantes. Pequenos aglomerados piscatórios ou áreas desertas foram pouco a pouco crescendo com a construção de todo um vasto leque de infra-estruturas essenciais à instalação de grandes massas humanas. O aparecimento e difusão do caminho-de-ferro contribuiu decisivamente para a afirmação de certas praias, tornando-as acessíveis a um maior número de pessoas. As mais conhecidas tinham quase todas estação própria ou apeadeiro: era o caso da Granja, Espinho e Vila do Conde. Quando a linha férrea ficava a alguma distância do litoral existiam serviços de aluguer de diligências, automóveis ou trens que faziam o transporte de pessoas e bens. Na maioria das povoações costeiras cedo surgiram hotéis, pensões e casas para alugar. Nos primeiros anos, as estruturas de apoio aos banhistas eram diminutas e estes instalavam-se nas casas dos pescadores, que as arrendavam durante o verão. Depois, a construção imobiliária desenvolveu-se de forma a acompanhar a procura crescente. Aqueles que tinham mais posses mandaram edificar vivendas e *chalets* junto à costa, os outros ficavam nos hotéis ou alugavam casas já mobiladas. As estações balneares mais movimentadas possuíam casinos, teatros, cinematógrafo, praça de touros, clubes, associações recreativas e desportivas e cafés.

Espinho foi um dos exemplos mais relevantes desta rápida transformação do litoral: no início da segunda metade de Oitocentos, a povoação tinha pouco mais do que alguns palheiros de pescadores e duas ou três casas de pedra e cal. Vivia essencialmente da pesca e, no verão, era frequentada por algumas famílias ilustres das redondezas. A partir do momento em que foi construída a linha férrea e passou a ser servida por um apeadeiro (depois estação) tudo mudou. Em 1918, «a vila conta[va] muitos edifícios elegantes e confortáveis, lindas vivendas e rendilhados *chaléts*, bons hotéis, ruas e avenidas espaçosas, teatros, cinematógrafos, casinos, cafés (...) e grande abundância de estabelecimentos comerciais de todos os géneros. [Era] iluminada por luz eléctrica e acha[va]-se ligada ao Porto pelo telefone da rede geral» (*Sociedade Propaganda de Portugal*, 1918, 15-16).

A análise da documentação compulsada – especialmente aquela que contém informações sobre as povoações, antes e depois da moda dos banhos (dicionários geográficos e corográficos, guias de praias, roteiros turísticos, trabalhos etnográficos, etc) – reforça a ideia de que a emergência do fenómeno balnear teve consequências irreversíveis (e imprevisíveis) na fâcies dos núcleos populacionais costeiros e na paisagem litoral. Embora ainda estivesse longe a época da procura massificada das praias, é já possível verificar que o crescimento das localidades litorâneas, sob a pressão do progresso e da necessidade de criar infraestruturas de modo a atrair os visitantes sazonais (Dias, 2005, 15), implicava a



Figura 7. Transportes de acesso à Barrinha de Esmoriz, 1964. Fotografia publicada em www.prof2000.pt.



Figura 8. Avenida marginal e esplanada junto à praia, Póvoa do Varzim. Fotografia publicada pela C.M. da Póvoa do Varzim.

destruição das formas de existência tradicional das populações marítimas, a descaracterização das povoações e o rompimento do equilíbrio dinâmico da orla costeira, pela adopção de uma arquitectura padronizada, desajustada em relação às especificidades próprias do meio físico de implantação, mas identificada com o desenvolvimento e a modernidade.

6. Conclusão

O crescimento urbano que se registou ao longo de toda a costa portuguesa, ainda no século XIX, intensificou-se com o desenvolvimento do turismo de massas e assumiu proporções desmedidas nas últimas décadas do século XX. Em Portugal, como no resto da Europa, o despontar da vilegiatura marítima, o desenvolvimento dos transportes, o aumento da população e o crescimento das cidades no litoral, bem como a procura deste espaço para a instalação de actividades associadas ao turismo e à exploração das práticas de lazer, como a edificação de parques de campismo, urbanizações e infraestruturas balneares, têm provocado alterações na linha de costa, que a médio e longo prazo podem acarretar efeitos danosos ou mesmo irreparáveis. Os graves problemas sentidos hoje no litoral português – nomeadamente a erosão costeira, a poluição das águas marítimas, a destruição de ecossistemas, a degradação da qualidade de vida das populações e os conflitos de interesse relacionados com os diferentes usos deste espaço -, devem-se em grande medida à intensa pressão antrópica que se faz sentir sobre este território. Ora o despertar do desejo pela beira-mar, as motivações que estiveram na sua origem e as formas de ocupação (utilização/transformação) da orla costeira são fenómenos históricos que podem (e devem) ser objecto de estudo crítico, pois, actualmente nenhuma futura modificação nas zonas costeiras e/ou estratégia de gestão concertada deste território podem ser delineadas sem ter em conta os efeitos directos da acção do homem, no passado e no presente.

Referências Bibliográficas

Anónimo (1755), *Nova maravilha da natureza ou notícia rara e curiosa de um homem marinho que apareceu nas praias da cidade de Marselha...*, Lisboa, s.n.

Anónimo (1811), *A barca dos banhos. Primeira carta de prevenção e notícia a um amigo que pedia a outro lbe desse uma ideia da tão celebrada barca de banhos*, Lisboa, Impressão Régia.

Anónimo (1825), *Os banhos de mar ou os olhos de uma senhora banhados em lágrimas por se ver contrariada no desejo de ir a eles*, Porto, Tip. à Praça de Santa Teresa.

Anónimo (s.d.), *Relação do monstruoso peixe que nas praias do Tejo apareceu em 16 de Maio deste presente ano de 1748*, s.l, s.n.

Braga, Teófilo (1907), *Romanceiro geral português. Romances de aventuras, históricos, lendários e sacros*, vol. II., Lisboa, Manuel Gomes Editor.

Camões, Luís de (1572), *Os Lusíadas*, Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos (s.d.), Porto, Porto Editora.

Claparede (1874), *Estudo sobre os banhos de mar. Conselhos aos banhistas*, Lisboa, Tip. Progressista de P.A. Borges

Courbin, Alain (1989), *O território do vazão. A praia e o imaginário ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras.

Delumeau, Jean (1978), *La peur en Occident (XIV-XVIII siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayard.

Dias, J. Alveirinho (2005), *Evolução da zona costeira portuguesa: forçamentos antrópicos e naturais. Revista Encontros Científicos – Turismo, Gestão, Fiscalidade*, 1:7-27, Faro.

Diário de Notícias, Lisboa, 29-02-1892; 01-03-1892; 18-01-1895; 19-01-1895; 07-10-1897; 03-02-1899; 06-01-1904.

Eça, Rui d´(1907), *A orla marítima de Portugal em relação à tisioterapia. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25.^a série, n.º 11.

Feliciano, Félix (s.d.), *Relação do sucesso que teve um corsário de levantados, que havia tempos andava infestando os mares, cativando muitas embarcações*, Lisboa, s.n.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, 07-07-1718; 17-08-1719; 09-10-1721; 22-11-1725; 01-05-1727; 17-07-1727; 21-10-1728; 20-04-1730; 04-09-1732, 18-07-1783.

J.B.S.R. (s.d.), *Guia do banhista ou breves reflexões terapêuticas a respeito de banhos do mar*, Braga, Editora Viúva Germano e Filho.

Leal, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal antigo e moderno. Dicionário geográfico, estatístico, corográfico...*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira e Companhia.

Lespagnol, André (1998), *Avant-propos*, In *Représentations et Images du Littoral*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

- Lichnowsky, Félix (s.d.), *Portugal. Recordações do ano de 1842*, Lisboa, Edições Ática.
- Machado, Helena (1996), *A construção social da praia*, Guimarães, Ideal.
- Mascarenhas, João Carvalho (1627), Memorável relação da perda da nau Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa e vários sucessos das pessoas que nela cativaram. In *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, (dir. de) Damiano Peres, Porto, s.n.
- Mata, Matusio (1786), *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver sas coisas como são. Obra muito útil a todos que desejarem não morrer afogados no mar inesgotável das lograções mulheris*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *As nossas praias. Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Tip. Universal.
- Ortigão, Ramalho (1876), *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, Edição de 1966, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Proença, Raúl (dir de.) (1924-27), *Guia de Portugal*, Edição de 1991-96, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sarmiento, Jacob de Castro (1753), *Apendix ao que se acha escrito na matéria médica do Dr. J. de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, efeitos e uso práctico, em forma de bebida e banhos, das águas das Caldas da Rainha, participado ao público em uma carta escrita ao Dr. João Mendes Saquet Barbosa, sócio da Sociedade Real de Londres, a que se junta o novo método de fazer uso da água do mar, na cura de muitas enfermidades crónicas, em especial nos achaques das glândulas*, Londres, s.n.
- Silva, F. Francisco Ribeiro da (1979), Pirataria e curso sobre o Porto. (Aspectos seiscentistas). In Separata da *Revista de História*, vol. II, Porto.
- Idem (1985), O curso inglês e as populações do litoral lusitano (1580-1640). In *Actas do Colóquio "Santos Graça" de Etnografia Marítima*", vol. III.
- Sequeira, Eduardo (1889), *À beira-mar*, Porto, Livraria Cruz Coutinho Editora.
- Vasconcelos, Leite de (1886), *Romanceiro português*, Edição de 1958, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Zurara, Gomes Eames de (c.1464), *Crónica dos Feitos da Guiné*, Edição de 1949, Ed. Dias Dinis, Lisboa.